



6
Rui Miguel Domingos Ventura
Anabela da Silva Rebelo do Coito
Diogo Filipe dos Santos Fernandes
Ana Lúcia Fernandes Henriques Neves
Pedro Manuel Daniel Gonçalves
Leonardo Silva de Carvalho
Paulo Alexandre Higino dos Santos
Fernando Adriano Henriques
Virgílio Júlio Loureiro
Filipe Miguel Malhoa Pereira
Nuno José Pereira Miguel
Evelina Martins Henriques Pereira

ATA N.º 6

Aos 16 dias do mês de Julho de 2026, pelas 21 horas e 15 minutos, no 1º Andar da Sede da Junta de Freguesia da localidade de Nadadouro, reuniu-se a Assembleia de Freguesia do Nadadouro em sessão ordinária, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 14 da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, a qual de acordo com o n.º 2 do art.º 30º do Regimento da Assembleia de Freguesia, se iniciará com o período de intervenção do público para apresentação de assuntos de interesse da Freguesia e pedidos de esclarecimentos, dirigidos à mesa, a que se segue nos termos do n.º 1 do art.º 30 do Regimento, o período Antes da Ordem do dia.

Assim, da Mesa da Assembleia estavam presentes:

- Rui Miguel Domingos Ventura;
- Anabela da Silva Rebelo do Coito;
- Diogo Filipe dos Santos Fernandes;
- Ana Lúcia Fernandes Henriques Neves;
- Pedro Manuel Daniel Gonçalves;
- Leonardo Silva de Carvalho;
- Paulo Alexandre Higino dos Santos;
- Fernando Adriano Henriques;
- Virgílio Júlio Loureiro;

Da Junta de Freguesia estavam presentes:

- Filipe Miguel Malhoa Pereira;
- Nuno José Pereira Miguel;
- Evelina Martins Henriques Pereira;

A sessão foi aberta pelo Presidente da Mesa da Assembleia, Sr. Rui Ventura, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apreciar e votar a Ata da Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Nadadouro, de 23 de Abril de 2026.
2. Apreciar e votar a proposta de alteração do poder de guarda dos materiais da festa anual adquiridos pelas Comissões de Festas.
3. Informação sobre o Projeto das Arroteias.
4. Apreciar a informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia de Nadadouro, acerca da atividade da Freguesia no período referente ao 2º trimestre de 2026, feita nos termos do n.º 2, alínea e) do art.º 9º da lei 75/2013, de 12 de Setembro.
5. Outros assuntos de interesse para a Freguesia.
6. 2º Período de intervenção do público para apresentação de assuntos de interesse da Freguesia e pedidos de esclarecimentos, dirigidos à Mesa, de



APC
SA

acordo com o n.º 3, do art.º 30º do Regimento.

Depois de um cumprimento rápido, o Presidente da Assembleia, justificou que o atraso na realização desta Assembleia de Freguesia se deveu à sua própria indisponibilidade e do Executivo, mas também por se aguardar informação e documentação da Assembleia Municipal, que foi igualmente adiada. A seguir pediu permissão para acrescentar dois pontos à ordem de trabalhos, passando estes a ser o ponto 5 e 6. Ponto 5 - Proposta de alteração da utilização do parque de estacionamento da Escola de Vela para inclusão da Junta de Freguesia e outras entidades locais. Ponto 6 - Proposta de alteração do regulamento e tabela geral de taxas e licenças. Todos os membros da Assembleia concordaram.

No período de inscrições para intervenção do público para apresentação de assuntos de interesse da Freguesia e pedidos de esclarecimentos, dirigidos à mesa, inscreveu-se o Sr. Rui Faria. Este freguês, quis demonstrar o seu desagrado pelas constantes avarias da caixa de multibanco e pela quantidade de dinheiro nela disponível ser bastante reduzido o que faz com que acabe em pouco tempo, uma vez que, é muito utilizada até mesmo por pessoas vindas da freguesia vizinha. Afirmou saber que é um assunto que não está sob a alçada da Junta de Freguesia, mas questiona se é feita alguma pressão, por parte da mesma, à SIBS para que sejam feitas manutenções à máquina com mais frequência. Alertou ainda que, a placa toponímica do Beco do Lavadouro está um pouco escondida pela vegetação, além de estar posicionada no sentido oposto à circulação, o que prejudica a visibilidade por parte dos carteiros e transeuntes no geral.

O Sr. Filipe Pereira, Presidente da Junta, respondeu que os técnicos de manutenção da máquina de multibanco têm vindo quase diariamente e estão a acompanhar o processo com deles. Explicou que o problema está na porta, por isso, cada vez que vêm carregar a máquina e a mesma é aberta, desregula o sensor e fica a dar erro. Irão fazer o pedido de substituição para uma máquina mais recente. Em relação à placa toponímica, faz todo o sentido corrigir essa situação e sendo que esta é uma das que estão aplicadas na parede, provavelmente, terão de mandar fazer uma nova.

O Presidente da Assembleia chamou a atenção para que, após este momento, não sejam feitas intervenções por parte do público ou do Executivo fora do tempo específico para as mesmas, pois se o fizeram não ficarão em ata.

Ponto 1 - Apreciar e votar a Ata da Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Nadadouro, de 23 de Abril de 2026.

Foi explicado, pelo Sr. Rui Ventura, que os membros da Assembleia já haviam lido, corrigido e posteriormente concordado com a Ata antes desta sessão, pelo que, apenas se iria proceder à votação. Estando todos de acordo, foi votada e aprovada por unanimidade.



Assente
Assente

Ponto 2 - Apreciar e votar a proposta de alteração do poder de guarda dos materiais da festa anual adquiridos pelas Comissões de Festas.

O Sr. Filipe Pereira lembrou que estes materiais têm estado guardados no estaleiro da Junta de Freguesia, o qual está sem condições pois as coberturas estão danificadas e as paredes não têm isolamento, por esta razão, não poderão continuar lá dado poder causar graves estragos nos materiais e por terem de ser feitas obras nas edificações. Além disso, futuramente necessitarão do espaço para outro fim. Outra razão ainda, é o fator do Executivo pensar que a responsabilidade da guarda do material deve estar atribuída a outra instituição que pudesse mais facilmente fazer a gestão logística deste. O Sr. Presidente também sugeriu uma futura visita da Assembleia ao estaleiro para que se conheça e avalie o local.

O Presidente da Assembleia passou a palavra ao Sr. Virgílio Loureiro que é da opinião que a Assembleia não tem de apresentar uma solução para este problema, mas sim a Junta de Freguesia.

O Sr. Paulo Santos defende que a população pode e deve utilizar o material, pois foi com o contributo desta que foi adquirido, e foi no intuito de facilitar o acesso a este através de requisição prévia que se pediu a sua guarda à Junta de Freguesia. O que foi combinado com a Ex-Presidente da Junta foi que o material seria guardado até à nova Comissão de Festas assumir o compromisso, passando o material a estar inteiramente sob sua gestão e responsabilidade a partir desse momento. Quanto a ele, é indiferente quem deverá guardar o material, na condição de que fique efetivamente bem guardado.

O Sr. Leonardo Carvalho concorda que a Junta de Freguesia e a população possam usar o material, portanto, é da opinião que tem de ser esta a guardá-lo e por isso devem criar uma infraestrutura para ele.

A Sra. Ana Neves chamou a atenção para haver duas decisões a tomar, uma é quem deve ter o poder de guarda do material e a outra é o local onde se guardará, mas não tem uma opinião formada sobre isso.

O Sr. Diogo Fernandes defende que, para disponibilizar o material à população tem de haver outro enquadramento, algumas preocupações e outra logística associada, desta forma, acha que primeiro deverá ser definido o tipo de utilização que se dará ao material.

O Sr. Virgílio Loureiro pediu a palavra para fazer uma sugestão, mais precisamente, a construção de um pequeno pavilhão para arrumar as coisas da festa.

O Presidente da Assembleia finalizou as intervenções deste assunto dando a sua opinião de que o material foi bem entregue à guarda da Junta de Freguesia. Compreende que o espaço que este ocupa tornou-se um problema, mas passando para a Associação seria igualmente um problema, pois têm todos os arrumos ocupados e com graves problemas de humidade, em certas zonas, causados por infiltrações. Aproveitou para também convidar a Assembleia a visitar as instalações e



tomar conhecimento do estado destas. Se ficar decidido que deverá ser a Associação a guardar o material, o tema terá de ser levado à Assembleia da Associação primeiramente e sendo o parecer positivo, depois terão de criar condições para receber o material, mas no momento é impossível. Concorda com a sugestão de construção do pavilhão e propõe que, caso a festa deste ano dê lucro, se pense em investir nisso, onde a Junta poderia participar facilitando um local. Relembrou que, na arrecadação da Associação, ainda se encontram guardados materiais antigos que se usavam na festa, tais como, tubos, madeiras e jogos. Alguns destes jogos foram feitos pelo Sr. Joel e doados à Freguesia, que dadas as suas dimensões também ocupam um espaço generoso, mas mantém a intenção de os guardar com estima.

A Sra. Ana Neves pediu a palavra para demonstrar o seu interesse em guardar os jogos na sua propriedade.

O Sr. Fernando Henriques interveio afirmando que concorda com a ideia de que o lucro da festa sirva para utilizar numa solução para arrumar o material. Sugere que se peçam donativos, às empresas e aos particulares da Freguesia, para a construção do pavilhão, recordando que foi assim que se foi construindo o edifício sede da Associação.

O Sr. Diogo Fernandes acrescentou que deve ser feita uma reflexão sobre estar a guardar material obsoleto ocupando espaço desnecessariamente, sendo que, já foi substituído por material mais moderno que serve para a mesma finalidade.

O Sr. Filipe Pereira pediu a palavra para comentar as intervenções, começando por elucidar o Sr. Virgílio de que o poder deliberativo está na Assembleia e não no Executivo, pois tal como o nome indica, o Executivo executa o que for decidido em Assembleia. Pelo que foi dito por todos os que se pronunciaram, subentende que se pretende que a guarda do material fique ao encargo da Junta de Freguesia, assim sendo, terão de encontrar uma solução exequível. O espaço exterior do estaleiro será ocupado por um projeto piloto, nomeadamente, uma eco estação que implica a criação de docas para divisão dos resíduos que posteriormente serão recolhidos pelo SMAS, mas também vão necessitar de espaço interior para guardar o cartão, por exemplo. O ferro e o cartão recolhidos pela Junta de Freguesia serão doados ao Centro de Dia para que possam realizar valor monetário com os mesmos. Por esta razão, o estaleiro tem de sofrer obras obrigatoriamente e urgentemente, pelo que, será utilizada uma parte do dinheiro que nos foi atribuído devido às intempéries para, pelo menos, reconstruir o telhado. Quanto a passar o material para a gestão e responsabilidade de cada Comissão de Festas que iniciar a atividade, tem de ser visto o enquadramento legal disto para precaver a Junta de Freguesia de qualquer situação atípica, uma vez que, não existe qualquer responsabilidade jurídica da Comissão. Assim sendo pensa que não é necessário proceder à votação.



O Presidente da Assembleia concordou, pareceu-lhe uma opinião quase unânime e apresenta, em nome de todos, a disponibilidade para encontrarmos uma solução para a situação conjuntamente.

O Sr. Diogo Fernandes, pediu a palavra para dizer que discorda com a ideia de construção de um pavilhão, pois prevê que futuramente aconteça o mesmo que está a acontecer, ou seja, que o espaço fique todo ocupado com material inutilizado.

O Sr. Rui Ventura encerra o tema afirmando que não haverá votação e que fica o compromisso de ser trazida a discussão outra proposta de resolução.

Ponto 3 - Informação sobre o Projeto das Arroteias.

O Sr. Filipe Pereira começou por lembrar que o Projeto das Arroteias foi sempre falado nas Assembleias de Freguesia anteriores e que estavam a avançar com ele, onde investiram tempo e alguns recursos, quando contra qualquer previsão foram confrontados recentemente com a limpeza e uma vedação naquele espaço, feita pelo Sr. Virgílio Loureiro, membro da Assembleia. Devido a ele nunca se ter pronunciado anteriormente nas Assembleias em desfavor do projeto, o Presidente da Junta, questionou-o solicitando informação acerca do assunto e do terreno. As vedações necessitam de licenciamento e a que foi feita não tem. Refere ainda que, já foram realizadas ações para a execução da primeira fase do projeto no triângulo e outros espaços na envolvente, em parceria com a Arquiteta do Gabinete de Ambiente da Câmara Municipal, que implicaram custos e receia termos um prejuízo inconveniente. Pensa que teria sido apropriado e correto que o Sr. Virgílio tivesse provado que é o proprietário e mostrado a respetiva documentação, pois o Executivo não intenciona retirar a propriedade de ninguém, mas a questão tem de ser esclarecida e resolvida definitivamente. Portanto, sendo um problema na Freguesia é responsabilidade da Assembleia de Freguesia decidir o que deve ser feito de agora em diante, escolhendo entre as alternativas colocadas em cima da mesa. Sendo uma delas, deixar estar exatamente como está e a Junta não intervém mais naquela área, denominada popularmente por triângulo, transmitindo a informação de forma formal e pública que não tem responsabilidade sobre aquele local. Outra alternativa é, solicitar a documentação comprovativa de quem é a propriedade daquele espaço e de quem o reivindica. Ou ainda, tomar alguma ação noutras instâncias que permita perceber o que realmente pode ser feito nesta situação. O Sr. Presidente manifestou a intenção de ouvir a contra-argumentação do Sr. Virgílio e frisou o seu desagrado com toda esta problemática, inclusive, afirma que na sua opinião devido ao prejuízo causado, o Sr. Virgílio deveria colocar o lugar dele na Assembleia de Freguesia à disposição. Pede para que todos os membros da Assembleia se pronunciem sobre este assunto.

O Presidente da Assembleia passou a palavra ao Sr. Virgílio Loureiro, que começou por explicar que havia um acordo com a Ex-Presidente da Junta, Sra. Alice Gesteiro, para reunirem com o Presidente da Câmara a fim de resolver o problema daquele



Rua do Centro
ABCEITO
2500-574 NADADOURO

pedaço de terra rodeado por via pública, no entanto, essa reunião nunca aconteceu. O Sr. Virgílio mencionou também que no verão passado teve uma conversa particular com o Sr. Filipe Pereira, na altura ainda só como candidato à Presidência da Junta, onde pediu que futuramente falassem com ele sobre o largo das Arroteias, mas que até ao dia de hoje ninguém lhe falou. Contou que, observou que o Sr. Presidente intencionava fazer algo naquele espaço e, por isso, entendeu que deveria vedá-lo. Enquanto executava o trabalho apareceu o Sr. Filipe Pereira, tirou fotografias e chamou a GNR para identificar o Sr. Virgílio Loureiro. Refere que, ficou com a percepção de que as coisas seguiram para Tribunal e diz que, assim sendo, será o Tribunal a resolver e é lá que mostrará a prova de propriedade daquele espaço. Só posteriormente a esta ação trará a informação que a Assembleia solicitar. É sua decisão que de aqui até lá se remeterá ao silêncio.

O Sr. Filipe Pereira pediu a palavra para informar o Sr. Virgílio que, a partir do momento que há uma queixa de ameaça a um presidente de junta ou membro da assembleia, o processo segue automaticamente para Tribunal através do Ministério Público, pois constitui um crime público. Quanto à vedação, alertou que a mesma é ilegal logo deve retirá-la. O documento que mostrou à GNR com autorização para fazer uma vedação não é para aquele local.

O Sr. Virgílio interrompe afirmando que o Sr. Presidente tem de provar isso tudo em Tribunal.

O Presidente da Junta disse poder perfeitamente fazê-lo, uma vez que, já teve com o documento em mãos e está certo de que o que diz é verdade. Ainda acrescenta que, foi por não ter autorização para fazer a vedação que a fiscalização da Câmara Municipal foi ao local. Clarifica que o seu interesse é esclarecer a situação para a Freguesia e não as questões pessoais. Reforça a informação de que o PDM está em alterações antes de, finalmente, ser posto em vigor e tem ferramentas possíveis de serem utilizadas, como por exemplo, a expropriação. Disse ainda que, o que não pode acontecer é a Junta de Freguesia estar a ser responsabilizada por um espaço, ao nível da limpeza e manutenção do mesmo, se este tem um proprietário. A Junta não tem necessidade nem vontade de apropriar-se de nada, apenas pretende embelezar o espaço, mas unicamente se isso for possível. Relembra que, desde a campanha eleitoral da AD, o que foi sempre dito foi que desejava-se devolver aquele espaço (que achavam ser público) à população, no sentido de utilização, e manteve-se o mesmo registo em todas as Assembleias que o assunto foi falado.

O Sr. Virgílio respondeu que, há um local próprio para decidir essas coisas e que foi o Sr. Presidente que encaminhou a situação para lá, assim sendo, no Tribunal haverá um Juiz que irá decidir.

O Sr. Filipe Pereira voltou a esclarecer que, a situação em Tribunal decorre da ameaça que lhe foi feita, porque é crime público e automaticamente se dá início ao processo. Nada tem a haver com a prova de propriedade do triângulo das Arroteias.



Rev. Abelito

O Sr. Fernando Henriques pediu a palavra para dar a opinião de que, se o espaço deixar de ser cuidado pela Junta de Freguesia para utilidade pública perde-se uma mais valia para a população, pois a nível particular não tem qualquer utilidade, portanto, defende que deve pertencer à gestão pública.

O Sr. Paulo Santos pensa que, primeiro deve ser clarificado quem é realmente o proprietário do terreno e, só depois, é que este se pode tornar um assunto a trazer para discussão da Assembleia. Acha que deve ser fácil para Junta de Freguesia averiguar quem é verdadeiramente o proprietário do espaço, possivelmente, na documentação da Conservatória.

O Sr. Leonardo Carvalho chamou a atenção para o fato de que se a Junta sabia que havia um proprietário devia ter o cuidado de não realizar um custo.

O Sr. Filipe Pereira esclareceu que não houve um custo financeiro direto, porque nos foi disponibilizado um serviço na Câmara Municipal, mas o mesmo envolveu deslocações e dispêndio de tempo de várias pessoas. No entanto, de todas as vezes que o projeto foi falado nas Assembleias e não só, nunca o Sr. Virgílio nem mais ninguém se pronunciaram contra e depois ele foi vedar o terreno à revelia. Todos tiveram oportunidade de se manifestar.

O Sr. Leonardo Carvalho refuta que apenas quis chamar a atenção para haver senso comum e falar com as pessoas, mas não está contra ninguém.

O Sr. Filipe afirmou que já fez várias vezes o pedido, através da Junta de Freguesia, mas a Câmara Municipal não lhes dá a identificação de proprietários. As únicas entidades capacitadas para isso são a Câmara Municipal e a GNR. Reforça que apenas pretendem esclarecer a situação. Mencionou que anteriormente procurou o Sr. Virgílio para conversar sobre o espaço, mas este não lhe deu respostas, tal como não está a dar na Assembleia. É necessário esclarecer quem é o responsável pelo terreno.

O Sr. Paulo pediu a palavra para elucidar que, quando o projeto foi falado nas Assembleias anteriores, ele e os outros membros, deduziram que estava tudo legal, ou seja, que a Junta de Freguesia tinha o poder de realizar o referido projeto no local. Sendo que o mandato tinha iniciado recentemente, não tinham tido acesso a documentação que assegurasse a propriedade, portanto, não quer ser acusado de não se ter pronunciado sobre uma situação que desconhecia.

O Presidente da Junta disse que também desconhecia haver esta dúvida de quem é o proprietário do terreno, uma vez que, a Junta já fazia a limpeza e mantinha o espaço há bastante tempo incluindo nas bermas das estradas na envolvente, inclusivamente, participou no polémico corte dos pinheiros lá existentes, assumiu-se que era público. Afirma que a qualquer momento podia e devia ter-lhe sido dito que o terreno tem dono e que não aceitam intervenção da Junta de Freguesia.

O Sr. Virgílio respondeu que, desde a conversa informal que tiveram no verão passado o Sr. Filipe Pereira nunca mais lhe falou no assunto e estava à espera que este o fizesse.



Rui ABCoito

A

B

C
D
E
F
G
H
I
J
K
L
M
N
O
P
Q
R
S
T
U
V
W
X
Y
Z

O Sr. Filipe Pereira contra-argumentou que, posteriormente falaram ao telefone e que depois das eleições poderiam ter falado diretamente na Assembleia de cada vez que o assunto foi a discussão. Aproveitou para rematar o tema dizendo que a informação que tem para dar é de que o projeto, a partir deste momento, não vai avançar e vão recolher informação acerca disto. Esperavam que o Sr. Virgílio tivesse levado documentação que pudesse esclarecer o Executivo e a Assembleia, mas não o fez nem demonstra vontade em fazer.

A Sr. Anabela Coito apresentou o seu descontentamento com toda esta situação, demonstrando que em prol do bom funcionamento da Junta e da Assembleia de Freguesia, uma vez que, estamos todos com o objetivo de trabalhar para o bem comum, pensa ser mais favorável que o Sr. Virgílio haja com bom senso e apresente a documentação que prova a propriedade do terreno a quem de direito. Afirma ainda que, levar este caso a tribunal é um custo completamente desnecessário e uma perda de tempo evitável. Reforçou a ideia de que, ficou claro que a queixa à GNR tem a haver com a ofensa ao Sr. Filipe Pereira, mas comprovar a propriedade do espaço tem a haver com a Assembleia, portanto, seria benéfico para todos apresentar a documentação.

O Sr. Virgílio respondeu que, no fim do assunto estar resolvido judicialmente, vai mostrar à Assembleia todos os documentos que tem em posse.

A Sra. Ana Neves pediu a palavra para relembrar que as Arroteias eram um cartão de visita do Nadadouro, chamando muitas pessoas locais e da cidade que passavam por lá para ver a obra que tão bem era feita, mas de há uns anos para cá o espaço encontra-se ao abandono. A intenção do projeto era devolver o espaço à comunidade para que a população usufrua e para que se possa desenvolver o Nadadouro além da centralidade. Neste sentido, estamos a perder muito tempo por falta de transparência e de verdade, o que é contraditório com a vontade da transformar a aldeia num lugar melhor e com uma comunidade unida, desta forma, afirma que a Assembleia deve ser um exemplo disso mesmo. Há um projeto pensado e com muita vontade pela parte de todos os intervenientes, inclusive a Câmara Municipal, de ser executado e neste momento está parado à espera por uma coisa de menor importância. Afirma lamentar que situações destas aconteçam na nossa aldeia.

O Sr. Virgílio contesta afirmando que quem fazia lá as festas antigamente eram a esposa, ele e a Sra. Almorinda, convidando a participar nelas todas as pessoas da aldeia. Anteriormente ao corte dos pinheiros quem cuidava do espaço eram eles, mas assume que posteriormente a esse episódio realmente ficou um pouco ao abandono. Refere que aquilo ainda vai ser um sítio bonito porque ele também tem ideias para projetos.

O Sr. Diogo Fernandes também afirmou ser lamentável estar a discutir aquela situação na Assembleia e que dado a sua proximidade ao espaço não se quer pronunciar.




 OURO

 elhor e

 ve, em

 os que

 ensas

 entre

 tas de

 acha

 de ser

 olerá

O Presidente da Assembleia referiu que também ele se sente enganado, inclusive, em duas campanhas eleitorais apresentou no seu programa ideias para dois terrenos que se pensava serem da Junta de Freguesia, mas afinal não eram. Quanto às ofensas demonstrou estar triste com o sucedido e acha feio chegar a esse ponto entre membros da Assembleia e do Executivo. Preza pela boa comunicação sem faltas de respeito. Relativamente ao terreno e respetiva prova de pertença, acha completamente desnecessário e pouco benéfico ir para a via judicial, tudo pode ser facilmente resolvido com uma conversa. Em relação ao projeto, acha que só poderá ser realizado se efetivamente o terreno for da Junta de Freguesia, mas se fosse executado seria muito bom para a terra. Termina apelando ao bom senso e à abertura para uma comunicação saudável, evitando a criação de anticorpos logo desde o início do mandato, disponibilizando-se para ajudar no que for preciso para resolver a situação.

O Presidente da Junta quis concluir o ponto da ordem de trabalhos clarificando que não houve ofensas entre eles, o que houve foi uma ameaça do Sr. Virgílio dirigida a ele durante uma chamada telefónica, foi exatamente isso que foi declarado ao agente da GNR. Em suma, o Executivo é responsável pela gestão dos espaços públicos e precisa esclarecer se aquele é ou não um espaço público, para definir quem cuidará dele futuramente.

A Sra. Evelina tomou a palavra para demonstrar que é importante debater este assunto na Assembleia porque, ao ler atas de mandatos anteriores percebeu que os assuntos não têm continuidade e não se entende o que aconteceu verdadeiramente, assim sendo, tinha de ser dado seguimento a este, Projeto das Arroteias, para ficar registado.

O Presidente da Assembleia fechou a discussão deste ponto rematando que a fim do bom entendimento deveremos conversar todos e encontrar uma solução.

Ponto 4 - Apreciar a informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia de Nadadouro, acerca da atividade da Freguesia no período referente ao 2º trimestre de 2026, feita nos termos do n.º 2, alínea e) do art.º 9º da lei 75/2013, de 12 de Setembro.

O Sr. Rui Ventura deu a palavra ao Sr. Filipe Pereira para expor todas as atividades de maior relevância realizadas neste trimestre que, maioritariamente, foram trabalhos de limpeza de rua e roça de bermas. Informou que o Sr. Américo Pires fez a doação do Lavadouro do Zé Pires à Junta de Freguesia e estão a tratar da respetiva documentação enquanto fazem uma obra de reabilitação no mesmo. Participaram em diversos eventos no Município e na Freguesia. Alertou que há uma preocupação com a rede de esgotos e a qualidade das águas na Freguesia, por isso, mandaram fazer



Reu.
Acedido
AB
R
L
L
L

análises que acusaram contaminação. Reuniram com o SMAS e a Câmara Municipal sobre a gestão de resíduos e a possibilidade de desenvolver o projeto piloto no Nidadouro. Lançaram o projeto experimental Lagoa Bike após garantir seguros para as bicicletas. Organizaram o Arraial Itinerante que foi amplamente elogiado e valorizado por quem participou, assim como, a instalação colocada na Travessa da Meia Lua. Contratarem os serviços do Sr. Francisco Miguel a recibos verdes ou ato único. Repararam os sistemas de rega que estavam bastante danificados e foi muito dispendioso. Adquiriram e vão colocar várias docas em alguns ecopontos da Freguesia tentando abranger o maior território possível. Irão substituir todas as mesas do Parque de Merendas da Lagoa. Foi feita a poda e desbaste necessárias ao pinheiro da escola para que ele sobreviva, sob a responsabilidade da Junta com a supervisão dos técnicos do Ambiente, uma vez que a Câmara estava a demorar demasiado tempo a executar esta ação.

O Presidente da Assembleia abriu a possibilidade de comentários aos membros da mesma, iniciando o Sr. Virgílio com a felicitação da Junta pela contratação do Sr. Francisco Miguel.

O Sr. Paulo Santos questionou sobre os acessos da Lagoa aos barcos que estão atolados de areia e o Sr. Filipe Pereira respondeu que numa reunião com as entidades intervenientes na Lagoa falou-se na criação e aplicação do POC (Plano de Orla Costeira) e por isso as estas vão juntar-se e apresentar propostas para o mesmo. Muitas intervenções não são autorizadas e feitas porque não foram previstas dos POC's anteriores. Foi sugerida a construção de um Observatório da Lagoa de Óbidos que trará benefícios e mais praticidade à gestão de toda a envolvente da Lagoa.

Ponto 5 - Proposta de alteração da utilização do parque de estacionamento da Escola de Vela para inclusão da Junta de Freguesia e outras entidades locais.

O Presidente da Junta explicou que o acréscimo deste ponto à ordem de trabalhos deveu-se ao notar a necessidade de criar uma melhor acessibilidade ao Parque de Merendas da Lagoa, por quem tem mobilidade reduzida, do Centro de Dia ou outras instituições. Além do aumento da necessidade de utilizar o parque de estacionamento, pela Junta de Freguesia, para efetuar a sua manutenção e melhoramento, por isso, pensam que devem estar indicados na sinalética. Após a deliberação da Assembleia de Freguesia a informação será enviada para a Câmara Municipal para se pronunciar e para a Escola de Vela.

O Sr. Rui Ventura deu a palavra ao Sr. Virgílio para este questionar se o parque de estacionamento estava a trabalhar só com autorização da Junta de Freguesia ao que o Sr. Filipe Pereira respondeu que a deliberação da autorização de utilização do espaço foi dada na Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia concorda com o pedido de alteração de exclusividade da utilização do parque de estacionamento pela Escola de Vela.



Foi colocado a votação e aprovado por maioria, com uma abstenção (Sr. Virgílio Loureiro) e oito votos a favor.

Ponto 6 - Proposta de alteração do regulamento e tabela geral de taxas e licenças.

O Presidente da Assembleia explicou a informação relativa a este ponto que foi também acrescentado posteriormente à ordem de trabalhos. O preço cobrado aos fregueses pelos acessórios aplicados aos ossários é de 150€, mas o conjunto de acessórios (composto por uma cruz, uma moldura, uma jarra e uma placa de identificação) custa à Junta de Freguesia o valor de 265,23€, pelo que, o valor cobrado tem de ser atualizado.

O Presidente da Junta explicou que com a venda de um ossário recentemente é que se aperceberam deste aumento muito significativo e daí a necessidade de alterar urgentemente o nosso preço.

Colocado a votação, foi aprovado por maioria, com oito votos a favor e uma abstenção do Sr. Virgílio Loureiro.

Ponto 7 - Outros assuntos de interesse para a Freguesia.

O Sr. Filipe Pereira explicou que alguns assuntos já foi falando ao longo da Assembleia, mas respondendo agora mais especificamente ao Sr. Paulo Santos sobre os acessos à margem da Lagoa, foram lá verificar e como havia possibilidade de atolar a viatura decidiram deixar secar a areia e manter as canas, depois foram limpando com as marés. Neste momento, anda lá uma máquina a fazer uma intervenção nas margens. Na altura que a máquina for limpar e preparar o Parque de Merendas para serem colocadas as mesas novas, poderão fazer também uma limpeza e retirar o excesso de areia dos acessos para viaturas à Lagoa, pretendem que seja com a máxima brevidade possível.

O Sr. Virgílio pediu a palavra para questionar o Presidente da Junta de como se irá resolver futuramente o problema dos maus cheiros, ratazanas, insetos e dejetos líquidos, sendo que, vamos ter um projeto de gestão de resíduos, não se contrapõe a projeto, mas sim ao local onde irá ser implementado.

O Sr. Filipe Pereira, explicou que a Eco Estação a ser criada no estaleiro da Junta de Freguesia não receberá esse tipo de resíduos, porém vai receber cartão, plástico, ferro, madeira, entulho, etc, como se fosse um ponto de separação de reciclagem para o SMAS. O processo de verificação dos ecopontos e caixotes de lixo mais utilizados na Freguesia é feito todas as manhãs e os funcionários da Junta já sabem quais os procedimentos para recolha e limpeza das ruas.

O Sr. Leonardo Carvalho perguntou qual foi o desenvolvimento da questão que ele levantou na última Assembleia relativamente aos rasgos e remendos no alcatrão da Rua Eng. Paiva e Sousa e se está previsto algum alcatroamento na Freguesia.



O Sr. Filipe Pereira explicou que já insistiu com o empreiteiro e que ele mandou colocar betonilha, não é alcatrão, mas já não está como estava. Sentem a mesma problemática com os passeios e conseguiram agora a possibilidade dada pela Câmara de poder fazer contratação direta até três mil euros para resolver essas situações.

O Sr. Diogo Fernandes questionou se há alguma fiscalização da Câmara Municipal a estes remendos no alcatrão, ou seja, uma vez que são procedimentos técnicos obrigados a regras é importante saber se alguém vai verificar se está bem feito.

O Sr. Filipe Pereira afirmou que não sabe se realmente são fiscalizados e encontra algumas lacunas de alcatroamento em diversos pontos da Freguesia que não sabe a quem imputar responsabilidade por isso mesmo.

O Sr. Diogo Fernandes acrescenta ainda que devíamos lutar para a Câmara Municipal das Caldas da Rainha, a par de outras, se tornasse mais exigente e rigorosa neste tipo de trabalhos, pois é mais um fator que interfere na segurança das pessoas.

O Sr. Virgílio quis a palavra para demonstrar descontentamento com o trabalho que foi feito ao pinheiro da escola básica, diz que o desbaste foi mal feito porque cortaram as trancas que davam equilíbrio ao tronco e receia que ele não resista às intempéries do Inverno.

O Sr. Filipe Pereira explicou que a poda do pinheiro foi feita para remover trancas que se partiram na intempérie, com a avaliação técnica e indicação dos especialistas que acompanharam o processo. A intenção é preservá-lo o melhor possível e que tenha a melhor segurança possível por muito tempo.

Ponto 8 - 2º Período de intervenção do público para apresentação de assuntos de interesse da Freguesia e pedidos de esclarecimentos, dirigidos à Mesa, de acordo com o n.º 3, do art.º 30º do Regimento.

O Presidente da Assembleia recebeu a inscrição da Sra. Alice Gesteiro, do Sr. Virgílio Jacinto, da Sra. Carla Pinelas e da Sra. Susana Loureiro.

A Sra. Alice Gesteiro, ex-Presidente da Junta, começou por questionar se já há alguma explicação, por parte da empresa construtora do Cais Palafítico, para o desabamento dos dois ancoradouros. Depois felicitou a Junta de Freguesia pela iniciativa de colocar o projeto das bicicletas em funcionamento, desejando que este resulte e que possam avançar com as outras atividades para usufruto dos restantes equipamentos que compõe esse projeto. Relativamente ao assunto das Arroteias, esclareceu que a reunião com o Presidente da Câmara estava prevista para quando ela regressasse dos Estados Unidos, mas infelizmente teve um acidente e ficou bastante tempo de baixa. Teve várias conversas com as partes intervenientes, assim como, com a Eng.ª Filipa do Ambiente, no sentido de encontrarem uma solução para aquele espaço. Refere ainda que, também é verdade que o Sr. Virgílio nunca lhe apresentou documentos que provassem ser o proprietário daquele terreno, apenas na altura do corte dos pinheiros é que referiu isso, mas não averiguou esse fato. Portanto,



Rec. Jacinto
PB.
[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]

dados os acontecimentos não surgiu a oportunidade de reunir antes do final do mandato. Clarifica também que, a Junta de Freguesia sempre que solicitada ou por autoiniciativa, para manter o local limpo, procedeu à limpeza e manutenção daquele espaço e da área envolvente. Esclarece que o Executivo anterior pensava igualmente que o terreno era público. Na altura, informou o Sr. Filipe Pereira sobre a situação, mas não com tanto pormenor.

O Sr. Virgílio Jacinto questionou se já se fez alguma coisa mencionada no programa eleitoral relativamente à área da saúde, pois acha que deve ser criado algum tipo de apoio aos idosos que não têm conhecimentos para usar o sistema de saúde atual. Aponta que não há variedade de atividades desportivas para as crianças e jovens da freguesia, pois algumas que existiram não retomaram após a pandemia e outras deixaram de ter apoios para se manterem. Comentou o caso das Arroteias, referindo que é um problema de comunicação desde o início e acha que um diálogo entre as partes resolveria a questão, desta forma, aconselha a que se comece do zero com uma conversa séria e respeitosa. Demonstrou o seu desagrado com a doca de cobertura dos ecopontos próxima ao Edifício Sede da Associação, pois acha feio e causa poluição visual. Pensa que, o fato de os esconder faz com que as pessoas não os encontrem e utilizem, além de haver mais probabilidade de elas largarem o lixo no chão em vez de o colocarem nos respetivos contentores.

A Sra. Carla Pinelas pediu esclarecimentos sobre o novo POC e sobre como este afeta a Lagoa de Óbidos. Indicou interesse em saber se a segunda fase de dragagem da Lagoa efetivamente foi feita. Felicitou a Junta de Freguesia pela gestão da recolha de lixo porque nota uma diferença significativa na limpeza junto aos caixotes do lixo, não obstante, questiona se é possível solicitar mais recolhas. Questiona porque é que na obra do estaleiro não foi considerado um espaço específico para guardar o material da Comissão de Festas. Pergunta se, o pedido de alteração da exclusividade de utilização do parque de estacionamento da Escola de Vela, foi conversado com os responsáveis da mesma antes de trazer à discussão na Assembleia de Freguesia. Opinou sobre as Arroteias, concordando que tem sido um acumular de falhas de comunicação. Apelou à humildade. Interrogou o que ela pode fazer, enquanto freguesa, em relação ao incomodo que lhe está a causar uma lixeira a céu aberto, por ela assim designado, localizada num terreno particular na Rua do Alto.

A Sra. Susana Loureiro começou por felicitar o novo Executivo e os candidatos concorrentes presentes na Assembleia de Freguesia. Sugeriu que as Assembleias de Freguesia passassem a ser realizadas às sextas-feiras à noite. Sugeriu também que se comesçasse a ler a ata anterior no início das sessões de Assembleia. Sobre o armazenamento dos materiais da festa aconselhou a utilização de um contentor, inclusive, pode ser alugado por um valor bastante acessível. Disponibilizou-se a ajudar no restauro dos jogos feitos pelo Sr. Joel para que possam ser disponibilizados para as gerações mais jovens. Não quis comentar o caso das Arroteias, mas demonstrou



apoio incondicional à resolução do problema. Apela à proximidade e à identidade coletiva. Congratula a Junta de Freguesia pelos trabalhos que tem feito. Fez um reparo à forma como os elementos do Executivo e da Assembleia comunicam e criticou a formalidade. Criticou a falta de conhecimento técnico e cuidado aquando o corte dos pinheiros no triângulo das Arroteias, pois indica que cortaram todos os existentes quando apenas cinco estavam sinalizados para abate. Questionou quantas vezes a Junta foi limpar o terreno afirmando que foram sempre os moradores a fazê-lo. Refere que as pessoas perderam o triângulo das Arroteias quando lhe cortaram os pinheiros e que desde então não se fez nada para se recuperar o espaço e as dinâmicas habituais.

O Presidente da Assembleia pediu aos respetivos membros permissão para dar continuidade à sessão extraordinária da Assembleia de Freguesia pois ultrapassou a hora prevista de encerramento.

O Sr. Filipe Pereira explicou o incidente do Cais Palafítico foi reportado ao departamento responsável pelas obras públicas da Câmara Municipal, foi pedida a intervenção dos técnicos sob responsabilidade do Sr. Ricardo Fonseca e não diretamente à empresa construtora, mas ainda estão a aguardar uma resposta. Sobre as iniciativas na área de saúde indicou que estão a organizar os serviços de apoio aos idosos, até fizeram melhoramentos numa das salas da sede da Junta de Freguesia para poder receber as pessoas com condições e demonstram-se disponíveis para conversar sobre conseguir um médico para a Freguesia. Sobre os contentores, percebe que não seja visualmente bonito, mas é mais prático para a recolha e manutenção dos ecopontos. Quanto ao POC esclarece que é um projeto com propostas para colocar em prática num curto espaço de tempo e vão lutar para que, obviamente, seja feito o mais benéfico para a Freguesia. Relativamente à recolha de lixo é da vontade do Executivo que haja mais quantidade de recolhas. Para os materiais da festa anual será pensada e encontrada uma solução de armazenamento com as condições apropriadas. A Escola de Vela não foi informada antecipadamente à Assembleia de Freguesia, mas será posteriormente já com a decisão tomada e a informação assertiva. Sobre o apelo à humildade, não se revê e transmite que constantemente recebem palavras de reconhecimento dos fregueses o que, com certeza, significa estarem a fazer um bom trabalho. As atas das Assembleias estão disponíveis no website da Freguesia e a Assembleia decidiu não as ler para adiantar os trabalhos. Quanto à identidade coletiva é algo que têm vindo a trabalhar com bastante empenho e os resultados estão à vista de todos. O caso das Arroteias implica comunicação que foi algo que tentaram sempre fazer, mas é necessário que haja uma resposta pois, caso contrário, não há comunicação possível. Este assunto tem de ser resolvido porque não pode haver uma “terra de ninguém” na Freguesia e não pretendem arrastar assuntos pendentes. O dia das sessões de Assembleia é uma decisão da mesma, no entanto, não se opõe se quiserem experimentar fazer uma



sessão a uma sexta-feira. Sobre as dragagens, segundo o que percebe pelo que é falado nas reuniões sobre o tema, já foram concluídas. Estes processos não estão à discussão e não têm conhecimento de mais, mas pode questionar. A Junta fez várias intervenções no triângulo das Arroteias e na envolvente, mas não há um número definido, com este Executivo não houve nenhuma, no entanto, já fizeram em muitos outros espaços da freguesia, alguns até mais que uma vez, outros foi a primeira intervenção que tiveram desde sempre.

O Sr. Rui Ventura informou que os avisos das Assembleias estão a ser colocados precisamente nos mesmos locais de sempre e na página de Facebook da Junta de Freguesia. Explicou que as atas estão a ser publicadas conforme o Sr. Filipe Pereira indicou e a decisão de não as ler nas sessões de Assembleia tem a haver com o fato delas serem previamente analisadas, corrigidas e aprovadas por todos os membros.

A Sra. Ana Neves pediu a palavra para agradecer a ajuda oferecida pela Sra. Susana Loureiro e esclarecer que não pretende a propriedade dos jogos, apenas disponibilizar um sítio em que os jogos possam ser guardados convenientemente e possam quando for oportuno voltar à rua para serem utilizados.

Não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Assembleia agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão de Assembleia pelas 00h31, da qual se lavrou a presente ata, que depois de aprovada vai ser assinada pelos presentes na reunião.

Rui Miguel D. Ventura
Anabela da Silva Rebelo do Espírito
Diogo Filipe dos Santos Fernandes
Ana Ferreira
Leonardo Gonçalves
Paulo Alexandre Rego Santos
Rui Miguel D. Ventura
Virgílio F. L. Lourenço